

‘Governo não pode parar a cada 2 anos por causa de eleições’

29/02/2008

Para o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), ao acionar o STF contra o programa Territórios da Cidadania, oposição aposta no ‘quanto pior, melhor’

O fato de haver eleição a cada dois anos no Brasil não pode impedir o governo Lula de atuar no combate à miséria e no desenvolvimento de políticas públicas. A avaliação é do deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), coordenador da Frente Parlamentar da Terra.

“O governo não pode parar a cada dois anos por causa de eleições. O que o PSDB e o DEM querem é impedir o desenvolvimento das políticas sociais da gestão Lula”, afirma Dr. Rosinha, referindo-se à ação protocolada no Supremo pelas duas siglas contra o programa Territórios da Cidadania. “Parece que a oposição quer que o país permaneça atrasado e desigual.”

Em [entrevista](#) concedida nesta sexta-feira (29/2) ao jornalista Heródoto Barbeiro, âncora da rádio CBN, Dr. Rosinha defendeu o programa, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em conjunto com 18 outras pastas.

“Além de ter retirado R\$ 120 bilhões da área social com o fim abrupto da CPMF, a oposição entra na Justiça contra um programa social que beneficia as regiões mais pobres do país. Tucanos e ex-pefelistas apostam no quanto pior melhor.”

Um dos argumentos do PSDB e do DEM consiste na alegação de que a iniciativa seria “eleitoreira”, pelo fato de haver eleições municipais em outubro deste ano. “O presidente Lula tem que ser o magistrado da nação, não pode interferir nas eleições municipais”, afirmou Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), também em entrevista à rádio CBN.

Ao que Dr. Rosinha responde: “Ora, o presidente Lula não é juiz, e tem filiação partidária. Como cidadão, tem o direito de apoiar os candidatos de seu partido. A oposição demonstra ter medo do prestígio do presidente da República.”

O programa “Territórios da Cidadania” destina R\$ 11,3 bilhões para 958 municípios em todo país. O programa prevê um sistema integrado das ações sociais já em curso com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, principalmente nas áreas com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). São 135 ações que tratam de desenvolvimento regional, infra-estrutura e de garantia de direitos sociais em 958 municípios.

Das 60 áreas com menor IDH atendidas pelo programa, duas estão localizadas no Paraná: Vale do Ribeira e Cantuquiriguaçu. A previsão do programa é atingir, em todo o país, 24 milhões de pessoas que vivem em comunidades rurais, indígenas, quilombolas e de pescadores.